



*«(...) aquilo que os gregos chamam alêtheia,
a desocultação, o descobrimento.
Aquele olhar que às vezes está pintado
à proa dos barcos.»*

Sophia de Mello Breyner Andresen



Miguel Ferreira da Silva

**OBRIGADO PELA
DEMOCRACIA,
AGORA QUEREMOS
LIBERDADE.**

Iniciativa Liberal - A Fundação de um Partido

ALETHEIA
EDITORES



Representação da Iniciativa Liberal, na marcha do 25 de abril. Avenida da Liberdade, Lisboa, abril de 2018.

DEDICATÓRIA

As linhas que compõem este livro são dedicadas ao Maurício Ferreira da Silva (1928-2018).

Há um ano e meio a Iniciativa Liberal perdeu o seu fundador mais idoso e eu o meu pai. Semanas antes faltei ao seu nonagésimo aniversário para estar em Lisboa, numa reunião pedida por mim, com elementos do *Ciudadanos*, nosso partido irmão espanhol.

Fi-lo ciente da sua compreensão e apoio. Contudo, nem mesmo a celebração familiar que organizei *a posteriori* (tão a seu gosto), carregada de memórias num dos locais de férias na sua juventude – Vilarinho da Samardã – afastou o amargo de não o ter acompanhado naquele dia.

Racional, objetivo, algo inflexível e muito, muito cansado da falta de desenvolvimento da sociedade portuguesa, cedia por vezes – fruto da idade? – à crítica desassomburada do “isto já não tem remendo”.

As minhas primeiras memórias políticas são aos seus ombros, num comício de Sá Carneiro no Porto. Numa sede da mesma AD de onde o via sair, a meio da noite, para defender (também fisicamente) os miúdos da JSD atacados na rua enquanto afixavam propaganda.

As minhas segundas memórias políticas são também dele, durante o governo Balsemão. Já desiludido, incrédulo com o tomar do partido pelo baronato contra as bases – que já antevia – e a apropriação do legado do fundador, que tantas vezes se insurgiu contra o aparelho, que a ele resistiu, tendo mesmo saído para manter a sua ligação aos militantes e ao país.

Foi por isso com inegável orgulho – e aquele sentimento de não desiludir a nossa referência paterna – que o vi acreditar de novo no acordar da cidadania ativa e aderir, aos 89 anos, ao partido que ajudou a fundar, a Iniciativa Liberal.

Não se pense que essa adesão foi fácil, ou apenas por amor paternal. O desassombro extremo e as dúvidas, muitas, apenas gradualmente foram ultrapassadas. Discussões longas, argumentos quentes, apoiados numa longa experiência de vida que ao à-vontade familiar adicionavam alguma inflexibilidade militante.

Durante esse ano – antes, durante e depois da sua filiação – foram muitas as tais conversas difíceis, em que um filho a entrar na

meia-idade tenta convencer um pai quase nonagenário que “isto vale a pena” enquanto este sorri, assinalando alguma descrença em mudar um sistema instalado e injusto.

O processo revelou-me a semelhança entre os mais novos e os mais idosos. Muita da argumentação que com ele usei fui-a beber às gerações mais novas do que a minha – ainda imortais, ainda idealistas, mas muito cientes do sistema obsoleto em que vivem e que os tolhe.

Muita da argumentação que usei com as gerações mais novas fui bebê-la àquele nonagenário – que viveu uma mudança de regime (quase duas), que acreditou que podia ajudar a construir um futuro diferente, que viu que era possível.

São parte dessas conversas cuja argumentação tento agora recriar como depoimento. Com a inestimável ajuda do meu amigo Fernando Lima e, aqui e além, cedendo à contextualização histórica. Uma desculpa suficientemente boa para acomodar uma visão pessoal, e por isso carregada de sentimento, sem ter de relatar, a par e passo, uma estória demasiado contemporânea para se tornar história.

Motivo idêntico me levou a adiar, para depois do ciclo eleitoral, a publicação do texto acabado há meses: um livro pessoal não se deve prestar à guerrilha de campanha.

Deixo ainda um emotivo bem-haja a todos os que acreditaram ser possível este percurso, dos fundadores que comigo estiveram no Porto a 26 de novembro de 2017, aos muitos que depois a nós se juntaram. Mas também aos liberais de todos os partidos que, como o José Francisco Gandarez, demonstraram abertura democrática para a conquista de mais liberdade.

Lisboa, 31 de janeiro de 2020.

PREFÁCIO

Este é um depoimento pessoal em linguagem corrente. Se é isso que buscas, passa à frente este prefácio que de nada interessa.

Aos restantes declaro: Não há aqui uma Teoria Geral, nem tão pouco definições conceptuais finais. Não resulta de investigação académica nem busca perfeccionismo.

É, numa palavra, um livro e as suas circunstâncias.

O contexto histórico, ora por necessidade de enquadramento, ora por gozo pessoal, evita de forma descarada vários episódios. Estórias que, por agora, nada interessam à História. A tentação emotiva e pessoalíssima de clarificar episódios, de contar como foi, é inversamente proporcional à vontade racional de sucesso da Iniciativa Liberal, de saber que o futuro se constrói passo a passo com a ajuda de todos.

Sim, é um testemunho usado para partilhar pensamento político.

Incompleto, parcial, meu.

A tradição política portuguesa manda a escritura à frente, com a ementa pronta, e só depois abre o restaurante. Afasta-se do que os portugueses esperam da política real e louva o dogmatismo partidário da ideologia utópica. Anuncia o seu próprio Salvador que assim se torna profecia auto-realizável. Prescreve um futuro idílico que promete cumprir.

Estamos, há demasiado tempo, à espera de apostar no Messias que nos diz como *vai ser*.

Aqui é o inverso: isto não *vai ser*, isto *foi*!

Um depoimento sobre algo novo que – como quase tudo que é novo – teve uma infância trabalhosa mas um desenvolvimento feliz.

Aqui não se prescreve o futuro, diz-se onde foi posta a pedra para os seguintes usarem, pondo outra por cima. Passo a passo, pedra a pedra – numa luta que nunca acaba – por mais liberdade.

PARTE 1

AS IDEIAS

CAPÍTULO 1

FARTOS DISTO TUDO.

1. PORQUÊ? UM ELEVADOR SOCIAL PARADO, UM FUTURO PIOR.

No início do movimento da Iniciativa Liberal não se sentiu, pelo menos não imediatamente, a necessidade de criar um novo partido, mas a necessidade de criar uma nova forma dos cidadãos poderem participar na política.

Na génese, quem inicialmente começou a pensar esta ideia, sabia que muito provavelmente o caminho seria um partido. Mas começamos por fazer uma associação porque, das gerações mais novas até à minha, a visão que temos da política em Portugal é de um sistema que mais do que ultrapassado, está caduco. Não responde de forma nenhuma aos anseios e aspirações do cidadão comum, do cidadão trabalhador, do cidadão empresário, funcionário público e privado. Não responde de todo.

A única coisa que nos oferece é pelo cardápio feito por outros, quase um menu fechado, em que as escolhas que temos são escolhas pré-fabricadas. Sem a nossa participação e sem ouvir a nossa vontade.

E o mundo evoluiu muito desde o 25 Abril.

Encurralados

Ao longo destes 45 anos passamos a ter aspirações diferentes das que tínhamos nos anos 70. E o tipo de política que se faz não corresponde à realidade que hoje vivemos – independentemente até de questões ideológicas.

Ao longo da história, pelo menos moderna, cada geração viveu melhor do que a anterior. Mas essa realidade parou. Quem é hoje pai alimenta a ilusão de que os seus filhos serão mais e melhor, mas quem ainda é filho sabe que dificilmente chegará onde os seus pais chegaram.

Se, por um lado, vivemos globalmente melhor, vivemos também com menos oportunidades, com mais dependências. Hoje, quase todos temos pão, mas muitos menos conseguem ter autonomia. As novas gerações aspiram, na melhor das hipóteses, a manterem o

estatuto dos seus pais. E mesmo esse só quando herdarem os frutos do trabalho dos seus antecessores.

Dizem que os jovens não saem de casa dos pais, mas não repararam que esses mesmos jovens não podem, não conseguem meios mínimos para se autonomizarem. A realidade é que o elevador social parou!

Mais e mais de nós fazem parte de uma classe média (cada vez mais baixa) mais presa do que as anteriores às condições em que nasceu. Falta liberdade para subir a pulso, sobram *ajudas* para nos mantermos sossegados onde estamos: dependentes e encurralados.

Realidade social e económica que resulta de um sistema político instalado: no qual se compra o voto com *ajudas* para evitar que o eleitor acorde e participe com a sua própria opinião e anseios.

E não havia, no espectro político português, quem sequer se apercebesse disto.

Participação

É, em síntese, o próprio espectro de participação política que está em causa.

A minha geração ainda se lembra de haver muita militância partidária, mesmo nas décadas de '80 e '90, bem depois da revolução e do PREC. As pessoas ainda se sentiam cidadãos ativos, participativos, estando nos partidos a defender uma ideologia.

Esse mundo está de alguma forma ultrapassado. Não necessariamente as ideologias em si. Explico-me: o que os partidos políticos nos propõem sempre, desde 1974 até hoje, é aceitar um único programa global e fechado, fundado numa ou noutra ideologia. Dão-nos mais diversidade de voto, mas não mais liberdade de participar: a solução é sempre definida por eles.

De nós só querem o voto.

Ora, o que nós queremos já não é isso.

Nós queremos poder escolher que causas apoiamos ou não. Mais, nós queremos construir o nosso próprio futuro, e para isso precisamos de mais liberdade. Essas soluções pré-formatadas que os partidos oferecem são muito fechadas, muito limitadas.

Francis Fukuyama dizia n`“O fim da história e o último homem” que o liberalismo tinha ganho. Não é por aí, pela visão ideológica da

geopolítica global, que se defende o liberalismo, é por outro lado, pelo lado da participação individual, pela aceitação da diferença.

Não é, ao contrário do que alguns teorizadores defendem, pela oferta de mais um menu único e fechado de soluções de governo que vamos lá. É a própria ideia de liberdade, para cada um poder escolher para si soluções diferentes, que agora está em causa. O liberalismo já não é uma causa de Estado¹ é uma necessidade individual.

Para além de políticas liberais em cada setor, são necessárias medidas liberais: criar espaços onde eu possa participar, onde eu possa decidir.

Este liberalismo implica a capacidade de participação sem alienação. A possibilidade de participarmos nas escolhas de políticas públicas sem termos necessariamente de ser políticos profissionais. Esta é a liberdade de exercer a cidadania ativa.

De nada adianta afastar um Estado que nos diz o que podemos ou não fazer, para depois introduzir mais um partido (ou empresa) que faz exatamente o mesmo.

Ou seja, a análise que foi feita, ou que foi sentida, foi que Portugal não tinha instrumentos de participação política que garantissem a liberdade de participação individual, para um cidadão poder ao mesmo tempo participar na vida pública e continuar a sua vida pessoal.

Cansamo-nos de criticar “aqueles políticos... fazem da política a sua vida, não têm experiência nenhuma só se dedicam à política, vivem da política e para a política”.

Bom, em boa medida isso é verdade. É uma crítica não totalmente mas razoavelmente justa. Mas há um outro problema: o cidadão comum deixou de querer participar na política partidária. A militância partidária passou a ser um peso.

E erram os políticos que apontam para este desinteresse, para o afastamento entre eleitores e eleitos, como o problema. Na verdade é uma consequência, o problema são eles!

Não é possível os eleitores afastarem-se dos eleitos, os eleitos é que deixaram de representar os eleitores! Eleitores que não se sentem

1 Para que conste, escrevo “Estado” conscientemente com letra maiúscula. Não se trata de nenhuma afirmação ideológica, mas tão só de apontar a estrutura institucionalizada do aparelho de Estado e diferenciá-la do estado a que chegamos.

representados por quem não os ouve, nem lhes diz nada, eleitores que não têm outra escolha senão representarem-se a si próprios.

Quem faz a sua vida, quem persegue os seus sonhos, tem família, tem trabalho, tem também as suas aspirações. Temos as nossas ocupações e não temos tempo para perder horas de uma noite numa sede partidária a debater quem é ideologicamente mais puro.

Estar numa cave de um edifício até à uma da manhã a discutir listas de deputados ou de membros da Assembleia de Freguesia não é a minha ideia de participação política. Esse não é um modo moderno de fazer política.

Podemos querer participar nalgumas causas e noutras não. Numa área ou num setor de governação teremos ideias muito firmes num sentido e noutra área governação teremos ideias que – até ideologicamente – são ligeiramente diferentes. Cada vez mais e mais de nós, embora revendo-nos genericamente numa ideologia, temos opiniões fortes e fundamentadas que, num setor específico, não seguem a cartilha imposta por um diretório partidário.

Isto parece muito complexo e muito conceptual, mas não é! Um exemplo muito prático: posso querer a intervenção legislativa do Estado na defesa de questões ambientais, e *também* querer que o mesmo Estado me saia da frente na economia com o seu excesso de regulação e proibições.

Autonomia

A situação com que nos deparamos foi, como sabemos, de gravíssima crise económica e financeira em que todos tivemos que fazer muitos, muitos sacrifícios, muitos esforços e felizmente conseguimos sair da crise, da crise financeira. E muito bem.

Mas uma geração menos participativa na política sentiu uma outra coisa: O governo de Pedro Passos Coelho salvou o país ao salvar o gordo e doente Estado, mas os cidadãos, esses salvaram-se a si próprios.

Pela primeira vez desde o 25 de Abril sentimos que nestas situações limite – em que tivemos a *troika* – quando as coisas correm mesmo muito mal, o Estado *não* está lá para nos salvaguardar.

É quase como se a ideia de segurança, implícita ao alegado contrato social e à existência de um Estado, falhasse precisamente quando

não deve falhar. O que é que quero dizer com isto? Em situação normal todos nós temos as nossas atividades, profissionais e outras, mas dizem-nos que quando houver um percalço podemos contar com o Estado. E quando as coisas correm mal contamos com esta segurança, com este aparelho de Estado, para estar lá e cumprir, a criar as condições de estabilidade social mas também individual.

Tivemos uma situação de crise, como outras desde o 25 de abril, mas pela primeira vez os cidadãos perceberam que a solução não era o Estado. A solução foi *eu* cortar no *meu* orçamento familiar. Com isso acordamos para o nosso próprio potencial.

Houve que encontrar formas de poupar, ou pelo menos não gastar tanto, de viver com um salário menor e ainda assim continuarmos a prosseguir os nossos sonhos e os nossos anseios. E nenhum partido – porque não estava preparado para isso – teve a capacidade de se abrir a ouvir quais esses anseios. Continuaram a ter a mesma lógica (e isto da esquerda à direita, ou seja do PCP ao CDS), a dizer:

– “Eu sei quais são os *teus* problemas. Vota em mim que quando eu chegar lá *eu* vou resolver os *teus* problemas.”

Isto foi verdade durante umas décadas, mas neste momento de crise deixou de ser. Quem quer que estivesse lá não resolvia os meus problemas. Conseguiram, e bem na minha opinião, resolver os problemas mais urgentes do Estado, da dívida, e nessa medida salvar o país. (O país enquanto Estado-instituição.) Mas os problemas das pessoas individualmente consideradas não foram resolvidos.

As pessoas é que tiveram de resolver os seus próprios problemas.

O governo de coligação, que geriu o período mais negro da assistência financeira externa, teve um enorme mérito de, num período muito curto, tirar o país dessa situação. Mas tinha, perdoe-se-me a expressão, a faca e o queijo na mão. De, já que está a doer, por mais um bocadinho fazíamos todas aquelas reformas estruturais que andamos a falar na política desde os anos 90 e são sempre adiadas.

Não é o perdido por dez, perdido por cem e seguir sempre na mesma direção. É conseguir transformar de uma vez por todas as condições que no país, em vez de nos ajudarem, tolhem o nosso desenvolvimento. Em vez de nos darem autonomia para irmos onde queremos, prometem ajudas (que não conseguem dar) para nos manterem dependentes. Era, no fundo, aproveitar a paragem para

arranjar os motores, para pôr o elevador social a funcionar outra vez. Essas condições, embora marginalmente iniciadas, ficaram por concretizar (e mesmo essas foram desde então revertidas).

Os portugueses, para além de terem tido que lidar com a crise por si, sem o apoio do Estado, sentiram que o elevador social tinha parado antes, durante e depois da crise. Algo que foi muito sentido e despertou a noção de ser preciso um novo partido que desse uma nova dinâmica política e social ao país, que conseguisse fazer mexer uma sociedade estagnada.

2. ANTECEDENTES

Houve um conjunto vasto de reformas estruturais importantes no final dos anos 80 e início dos anos 90 que mudaram radicalmente o país. Pela primeira vez as pessoas tinham, ou acreditaram que havia, crescimento, que podiam ser empresários, que podiam inovar, que podiam ascender no elevador social, que o elevador social funcionava e cada um – por fruto do seu trabalho – conseguia fazer coisas (boas e más), não era tudo nacionalizado.

Esse momento passou e desde então, desde meados dos anos 90, nunca mais houve um período em que sentíssemos isso.

Bem sei que há quem atribua essa paragem ao choque externo da nossa integração europeia, em particular no Euro. Em boa medida sim, mas um dos propósitos dos partidos ditos tradicionais é aquilo a que se chama em inglês *moonshot*, ou seja inspirar as pessoas a um desígnio que quase parece impossível, mas em que no limite não é o desígnio que interessa, o que interessa é a esperança individual no crescimento, no caminho que melhora as condições ao alcance de cada cidadão.

Lembremos o período 85/95 coincidente com os governos do (depois mal-amado) Professor Cavaco Silva, que teve muito mérito mas também porque toda a sociedade esteve envolvida nisso.² As pessoas pela primeira vez acreditaram que podiam fazer empresas, em criar riqueza e criar emprego e passaram a ter melhores condições de vida. Porquê? Porque houve as privatizações, porque

2 Lembro-me de ilustres e celebradas cabeças que lideraram governos posteriores e não deixaram qualquer marca transformadora no país. Mas certamente agradaram à fechada elite que continua a achar que sabe o que é melhor para o povo, para cada um de nós.

o investimento em obras públicas era grande e aberto, porque nasciam empresas nos mais diversos setores. Mas também porque havia o *moonshot* de acedermos a um mercado muito maior e mais aberto, a CEE.

Isso foi um sinal claro de abertura da sociedade, de abertura da economia. De abertura até em boa medida da política, em que, um bocadinho como antítese do regime anterior, acreditamos não precisar necessariamente do Estado para subir na vida, para ascendermos no elevador social, para termos direito a uma vida melhor. Cada indivíduo podia construir a sua própria vida melhor. Já não eram sempre os mesmos – o Estado ou um pequeno grupo de privilegiados – os únicos a conseguirem criar.

Obviamente que nem tudo o que foi criado nessa época foi bem feito. Fruto também de uma efusiva nova liberdade e confiança individual, não foi o que teria sido o resultado de uma ação planificada (mas castradora e de propósito único) de um Estado centralizado, e ainda bem. A isso se chama Liberdade.

É também verdade que a entrada no euro teve um impacto negativo fortíssimo. Todos sabemos que foi um choque muito grande, muito forte. Basta pensar no caso comezinho do preço do café que passou de 50 escudos para 50 cêntimos, o dobro (ou era na altura). Mas essa entrada não pode ser a única nem a principal culpada. Juntamente com essa mudança (e é naturalmente mais fácil fazer agora a crítica, retrospectivamente) eram esperadas muitas outras: a maior das quais o desenvolvimento acelerado de um mercado muito maior e aberto, com mais oportunidades, mais dinâmico e moderno do que aquele que tínhamos. Hoje essa é uma discussão pretérita e ridícula.

Para qualquer pessoa minimamente informada é óbvio que a saída do euro é ridícula, porque a perda de riqueza que isso implicaria não compensa os ganhos de podermos desvalorizar a nossa própria moeda. O custo/benefício é manifestamente mau. Com a agravante de, sob a capa da competitividade cambial, voltar a dar rédea solta a um Estado despesista. Um Governo a imprimir notas não equivale à sociedade produzir riqueza.

O que interessa aqui é outra coisa, é capacitar o indivíduo a prosseguir o seu próprio sonho e não de o tornar dependente do

Estado-papá. E nesta última crise houve essa oportunidade. Da mesma forma que nos anos 80 e 90 as privatizações mudaram o panorama económico do país, na última década mais autonomia do cidadão podia ter mudado o panorama da administração do Estado (ou, se calhar, ao contrário).

Com a crise da primeira para a segunda década deste milénio (2008 e 2011), voltamos a ter a oportunidade de reformar essa estrutura do Estado e criar muito menos dependências. Porque apesar das anteriores privatizações, há uma série de dependências indiretas que acabam por controlar na mesma um mercado que se fecha à iniciativa do cidadão, em favor de um grupo que condiciona o mercado e, por essa via, o exercício da liberdade.

3. ACORDAR PARA A AÇÃO.

Por um lado, os portugueses participavam menos nos partidos, e por outro não tinham acesso ao elevador social.

No limite quando o Estado falhou as pessoas tiveram que tratar do seu próprio orçamento, o que as acordou para a sua capacidade, mas não tinham meios para participar nas opções públicas adotadas. E o que é que se nota aqui? Uma falha. Uma falha política.

Temos todos os partidos a dizerem a mesma coisa de sempre, a prometerem que *eles* resolvem os *meus* problemas e há toda uma geração, ou duas, ou três, que já não querem isso, querem resolver os seus próprios problemas independentemente de qual o partido que está no governo.

Portanto o primeiro propósito da criação do movimento, depois associação e agora partido, Iniciativa Liberal era mostrar que em Portugal é possível um movimento de bases, de cidadania ativa (a expressão inglesa é muito feliz: *grass roots movement*).

É cidadania ativa cada um ter a capacidade de participar na política sem depender dela e poder participar nalgumas causas e noutras não. Mas mais do que isso, é não ver a sua liberdade individual diminuída em função de quem está naquele momento no Governo (ou na direção do partido). Os nossos planos, as nossas ambições podem não ser ajudadas, mas não podem ser prejudicadas pela política de quem pensa diferente.

E têm sido.

A primeira dificuldade que encontramos foi o mito que se criou em Portugal segundo o qual: os portugueses não são participativos; os portugueses não gostam do associativismo; temos poucas associações; as estruturas estão politizadas, seja por serem estruturas associativas ou estruturas sindicais mais ou menos ligadas aos partidos. Enfim, as habituais acusações de que a sociedade dita “civil” não funciona.

Isso é mentira.

Uma mentira que o sistema político quer vender ao cidadão, para dizer: “Se queres participar tem mesmo que ser nos partidos. Vem ao beija-mão. Vem cá! Sê um dos nossos para votares em nós.”

Mas isso não é verdade e não é verdade há muito tempo! Mesmo antes do 25 de Abril já havia uma enorme participação, primeiro nas coletividades locais, fossem culturais fossem, depois com mais expressão, desportivas. Realidade hoje muito mais atual no setor social.

Há muitos, muitos anos, há décadas, que vemos o crescimento exponencial do número de cidadãos que sentem a necessidade interior, para a sua felicidade e para se realizarem, independentemente de remuneração ou não, de participarem no associativismo. Em particular no setor social, onde fazem voluntariado, doações, onde sentem a necessidade de, de alguma forma, contribuir para o bem-estar geral. As pessoas já sentem isto, não havia era canais para levar este tipo de participação à política. Não havia ONG’s políticas de cidadãos eficazes (porque pretensas ONG’s políticas de partidos não faltam...).

Isto responde em boa medida ao “porquê”, em termos sociológicos, mas depois há um aspeto político particularmente relevante, porque estamos a falar do primeiro Partido Liberal que Portugal tem, pelo menos neste milénio (no século anterior só no início e não seriam bem todos, apesar de alguns se chamarem liberais).

4. LIBERALISMO(S?)

Esta ideia de liberalismo “em si mesmo” – como um ambiente em que se vive a diversidade individual e não um projeto fechado que se impõe a todos – também vem contrariar a lógica do sistema partidário que temos.

Há já bastante tempo (demasiado?) que vários liberais debatiam, ou discutiam, o liberalismo em Portugal. Na maioria dos casos num de dois palcos, ou académico ou numa bolha *online*. Neste último caso – não retirando o enorme mérito de tentarem ser rigorosos na explicação do que era o liberalismo e a sua conceptualização – os debates acabavam demasiadas vezes em discussões sobre *quem* era *mais* liberal. Sobre o que era o *verdadeiro* liberalismo. Em acantonamentos entre os que gostavam mais deste ou daquele autor liberal. Uma diversidade ideológica que não se constituía como alternativa política.

O afã, e sede, de debater o liberalismo dogmático e académico era por vezes a causa invisível deste não se massificar. Debates duros, mas geralmente inconsequentes, sobre esse tal verdadeiro liberalismo por referência a autores consagrados.

Mas o liberalismo é sobretudo, ou pelo menos assim o sinto, uma *praxis* guiada por princípios, e não mais uma fórmula mágica de chegar à terra do leite e do mel. O liberalismo político não existe em abstrato, mas no tempo e no espaço. O que seja o liberalismo na Holanda será diferente do que seja no Canadá. O que seja o liberalismo em Portugal do século XIX será diferente do que seja no século XXI.

Conclusão óbvia para quem, como eu, considera que a liberdade individual implica necessariamente a abertura e respeito pela diferença e pelo contexto em que concretamente atuamos.

Motivo pelo qual um partido liberal não deve cair na tentação de imitar os outros e apenas dizer que sabe o que é melhor para os eleitores. Deve antes criar as condições de liberdade para cada eleitor descobrir e conseguir realizar o seu projeto de vida individual.

Dando aqui a grande máxima, a *punchline*: todos os partidos tradicionais defendem uma cartilha única que nos faz chegar ao céu.

No sistema partidário que Portugal tem, desde 1974 até 2019 (ou na altura 2015/2016), e independentemente de defenderem ideologias diferentes, CDS, PSD, PS, Bloco de Esquerda, PCP, todos dizem ter o formato da escada que nos vai fazer chegar ao cimo do monte. Mas... E se eu quiser ir para outro monte? E se quiser ir para a praia? Ou mesmo que queira ir ao cimo do monte, posso querer ir por outro lado. Essa liberdade não existe no nosso sistema. Ou é como um deles quer ou não é de todo.

Esses partidos, essas ideologias, com mais ou menos *nuanças* – mais forte por exemplo no PCP se calhar menos forte no PSD e em parte também no CDS – dizem-nos qual é o caminho que a sociedade *tem* de seguir para chegar a um céu idílico em que tudo, tudo, será o mundo do leite e do mel.

No liberalismo isto não existe. Não existe um conjunto específico e sequencial de reformas socializantes e redistribuição, ou uma revolução e ditadura do proletariado, enfim essas fases todas de causas e consequências e depois um grande céu a que se chega em termos sociais e (necessariamente) coletivos. O que liberalismo nos diz é que o mais importante para *viver em sociedade*, repito, para viver *na* sociedade (e esta parte é muito importante), é a liberdade individual. Cada um saberá qual é o seu céu.

Note-se que não é uma liberdade individual sem restrições, desregrada de um ermita. A cada liberdade que exercemos individualmente corresponde obviamente uma responsabilidade. Mas ter a capacidade de exercer essa liberdade e de assumir essa responsabilidade é o único método de autorrealização para o homem. O indivíduo melhor dizendo, agora não se pode dizer “homem”.

À minha liberdade de não ter, e.g., que vergar o meu espaço de autonomia individual (na qual posso ter opções conservadoras) ao policiamento da linguagem politicamente correta do Bloco de Esquerda, corresponde necessariamente a responsabilidade de reconhecer a liberdade daqueles que (igualmente na sua esfera privada) não têm de esconder a sua identidade do policiamento de costumes da direita conservadora.

Esta visão do liberalismo prático, político, atualista e agregador era, para mim, a única forma de ultrapassar a eterna discussão entre liberais clássicos e liberais sociais. Era uma visão que, ao contrário das anteriores, era realizável no espaço político concreto de Portugal em finais da segunda década do milénio. Para isso seria necessária essa objetividade de ação sem acantonamentos de fação.

*“Principles are like prayers; noble, of course, but awkward at a party.”*²³

3 Violet, Dowager Countess, *Downton Abbey*, Season 5 (Tão bom a minha primeira referência de citação ser de uma personagem ficcional ☺). *Pun intended* com o inglês “party” (aqui obviamente “festa” e não “partido”).

5. O indivíduo como objeto da política ou como instrumento para o voto.

Durante muito tempo em Portugal a palavra “liberal” era uma ofensa. Chamavam-lhe neoliberalismo referindo-se apenas à componente económica, e aliás num sentido deturpado, porque na realidade o que queriam dizer era capitalismo selvagem.⁴

Não é disso que se trata. Trata-se de cada um de nós, na sociedade em que se insere, ter a segurança de poder individualmente aceder ao elevador social mantendo o seu próprio projeto de vida. Não vivendo isolados do mundo mas em sociedade, mantermos a nossa autonomia de querer (ou não) fazer mais e melhor, mas com a garantia de que essa sociedade nos dá a todos a oportunidade de escolhermos o nosso caminho, sem nos impor, ou dificultar, o projeto de realização pessoal.

Para o indivíduo se realizar, porque faz as coisas por si, tem de ter os instrumentos para, (de novo a parte importante) vivendo em sociedade, poder ter esta mobilidade, de alcançar mais, de ser melhor. A mobilidade social, o elevador social, está no cerne do que é o pensamento liberal, para o qual é preciso um Estado que, ao contrário do Estado-papá, facilite a autonomia do indivíduo.

Não quero só poder escolher quem manda em mim, quero mandar em mim. Esta democracia não chega, precisamos de mais liberdade.

O sistema em que vivíamos, no sistema político-partidário que existe desde 1974, não contempla esta hipótese. É um sistema que promove as dependências do Estado, em que qualquer problema de qualquer classe profissional, qualquer classe social, qualquer região do país, o Estado é que tem de ajudar. E, como vimos e continuamos a ver, já nem aí o Estado garante os serviços que diz prestar.

Mas isto foi um hábito que nos foi imposto, que nos foi criado. É na realidade um hábito que independentemente da mudança de regime em 1974 já existia antes, tudo era do Estado, tudo dependia

4 Mais do que a lei do mercado, haverá nestes casos lei da selva. Defender a liberdade de mercado é também defender a liberdade de entrar e crescer no mercado. O que é manifestamente incompatível com um mercado que foi fechado pelo Estado, ou que foi fechado por uma oligarquia, um cartel ou uma corporação que detém uma força ou influência desproporcional aos restantes.

do Estado. E agora continua tudo a depender do Estado porque há uma dependência que nos é imposta.

Dizem que agora há um mercado suficientemente aberto, que as pessoas podem criar as suas empresas, não é bem assim. Por um lado, a quantidade de taxas e taxinhas, impostos, obrigações e licenças que fazem com que o simples facto de pegar numa ideia e a transformar numa empresa seja uma tarefa hercúlea – quase mais difícil do que chegar ao governo. Por outro, mesmo aqueles que conseguem são depois esmagados por um mercado que é gerido em última instância pelo Estado.

Gerido pelo Estado porque, apesar das privatizações, o que se criou foi um conjunto de grupos económicos que controlam o mercado e são protegidos pelo Estado. Agora alguns deles parecem soçobrar, mas depois acabam por ser ajudados. O antigo Espírito Santo é o caso mais paradigmático. Mas há outros: na energia, nas telecomunicações, na televisão e em muitos outros aspetos em que as empresas privadas, para terem um mínimo de dimensão, para passarem de uma empresa familiar caseira para uma empresa média e até uma empresa grande, precisam de aceder ao mercado que é controlado, de forma direta ou de forma indireta, pelo Estado.

Claro que a partir do momento em que grandes grupos económicos dependem de negócios com o Estado, ou de subsídios do Estado, os fornecedores destes grupos dependem também indiretamente desse mesmo Estado que, controlando-os, também os protege.

Um exemplo: já viram a quantidade de pequenos consultórios médicos que desapareceram? A liberdade de escolha que isso nos retira? E qual o motivo? Hiper-regulação do Estado em favor de grupos económicos. Explico-me: se o meu pediatra – que se for preciso perde uma hora com o meu filho – tem consultório no 1º andar de um edifício sem elevador, uma nova lei fecha-lhe o consultório por não ter acesso a cadeiras de rodas.

A ideia parece legítima em abstrato: acessibilidade aos cuidados de saúde. Algo com que é impossível discordar. Mas, assegurada a existência de uma vasta rede de cuidados de saúde com acesso especializado, a abertura de um pequeno consultório privado cai no âmbito do risco (e oferta) privado. É o médico em causa quem corre o risco de perder clientes por não lhes dar condições. Já a regulação

descrita acima, na prática, obriga aquele médico a ir trabalhar para uma clínica com dimensão suficiente (física e económica) para cumprir todas as regrinhas. Uma empresa que (legitimamente) tenta maximizar o seu lucro com uma gestão de pessoal, de horários (limitados a 15 minutos por consulta), de captação de participações do Estado, incompatíveis com o projeto daquele médico, que obviamente desiste. A legislação protege apenas os grandes grupos.

E pensamos: ah, mas isso foi uma coisa que aconteceu por si... Não, não aconteceu por si. Há aqui uma intencionalidade. Não estou com isto a dizer que nos anos 70 ou 80 houvesse um político em particular que tivesse feito um plano maquiavélico para chegar aqui. Estou a dizer uma coisa diferente: há a tentação típica na política de garantir votos e a forma mais fácil de garantir esses votos é dar benesses, ou criar dependências, a grupos agregados de eleitores-dependentes. No fundo criar dependências do orçamento de Estado, de forma direta ou indireta. É esse o mundo em que vivemos. É um mundo em que há uma aparência de liberdade, mas na realidade há apenas democracia.

Nós temos democracia para escolher que Primeiro-ministro queremos, que Presidente queremos, não temos liberdade para escolher a escola dos nossos filhos. Não temos liberdade para escolher que deputado queremos.

Mas como assim? Claro que temos! Não, não temos.

Nós votamos em partidos, em listas, mas não votamos naquele deputado ou naquele conjunto particular de deputados. Quem escolhe isso, mais uma vez, são os tais dirigentes ou direções partidárias que dizem saber o que é melhor para mim. Que dizem: “Eu sei quais são os teus problemas. Vota em mim que eu resolvo os teus problemas.” E, para esse objetivo, escolhem os deputados que melhor *os* representam, não os que melhor *nos* representam.

Não queremos isso. Nós queremos resolver os nossos próprios problemas e ter os nossos próprios representantes. Para fazer isso, volto a dizer, é preciso cortar com um sistema que é quase uma pescadinha de rabo na boca: como os objetivos não são nossos, são do partido, os deputados também não são nossos, são do partido.

Nós não queremos ser apenas instrumentos de voto, queremos ser o objeto da política.

Numa forma mais conceptual, atualmente temos um círculo vicioso de benesses e voto. A opinião de quem está fora do círculo, do partido, não conta. Ou vota no que há ou não vota de todo.

É muito difícil cortar com este sistema porque não é apenas uma questão ideológica (embora também seja), mas uma questão de mentalidades. É uma questão de mostrar a cada cidadão português que uma aproximação liberal à política o capacita, a ele ou a ela, a poder ter uma voz ativa sem ter necessariamente que interromper a sua carreira para estar na política, ou para ser mais um daqueles políticos que criticamos.

Para além de seguir os seus próprios desígnios, os seus próprios sonhos, é necessário poder contribuir na área em que é especialista, e de que melhor conhece os problemas, contribuir para o bem geral participando politicamente nessa área. Mesmo para lá do seu desempenho profissional – sendo enfermeiro, ou professor, ou médico, ou seja o que for – pode ser útil à sociedade com a sua opinião, com a sua participação.

Hoje, ou melhor, até ao aparecimento da Iniciativa Liberal isso não existia. Uma pessoa ou era militante – e era militante para tudo, para todos os setores, andava nas lutas pelos lugares e eram essas as discussões – ou tinha que discutir políticas públicas a um nível elevadíssimo. Tinha que se especializar durante anos para saber discutir Orçamento de Estado, o que quase ninguém sabe. De finanças públicas aí é que ninguém mesmo sabe, haverá meia dúzia de pessoas no máximo que sabem. E depois dessas duas enormes barreiras, e mesmo assim só depois de chegar ao palco político, aí sim poderia falar sobre saúde, educação... o que fosse.

Isto é uma mentira. Isto é um conjunto de barreiras à liberdade política. É dar uma aparência de liberdade quando na realidade apenas nos deram democracia na escolha de quem manda.

Nós passamos a poder escolher quem manda em nós, mas não temos a liberdade de mandar em nós próprios.

6. PROMETEU AGRILHOADO.

A Iniciativa Liberal nasce em boa medida para mostrar a cada português que a segurança que todos os partidos dizem que querem para cada um de nós, para cada um dos trabalhadores, é na realidade

uma fórmula política de nos prender a uma dependência de salário. Como a oferta da *red pill* no Matrix, só oferecemos a verdade.⁵

Vou até mais longe: o salário médio em Portugal salvo erro é 943€ segundo os dados da Pordata de 2017. Mas imaginemos que alguém consegue ter um salário de 1200€.

Menos impostos, um jovem com um filho fica com 1.053€. Mas é incentivado a ter uma casa. E para ter uma casa, sobretudo se for alguém que está no início de ascender ao elevador social, vai ter que pedir um crédito à banca. Daqueles mil euros, metade vai para a banca para pagar a hipoteca da casa e respetivo seguro. Mas pior, dos outros 500€ quase 20% (dependendo exatamente do tipo de consumo que a pessoa tenha) vai de novo para o Estado, sobretudo em impostos indiretos sobre o consumo, mas também em taxas. E dir-me-ão: ah, mas no limite os impostos sobre o consumo são liberais porque a pessoa pode escolher o que quer consumir.

Isso seria verdade se os bens essenciais estivessem isentos. Se água, luz e gás, por exemplo, não pagarem de todo IVA. Os mais atentos dirão que isso é impossível por causa de regras europeias. Não é bem assim, há pelo menos um caso europeu (ou havia, porque se refere ao Reino Unido) em que os livros, salvo erro, estão isentos de IVA, uma exceção portanto. Mas independentemente disso (pode ser apenas taxa super reduzida) a taxação do consumo não é equilibrada o suficiente para a pessoa ter opção de consumo.

Quem do seu rendimento tem 400€ por mês de que pode verdadeiramente dispor como entender, não consegue ter a liberdade (mais uma vez a liberdade) de optar por consumir ou não.

Porque essa liberdade só se coloca nos bens não essenciais. Mas quando desses 400€ ainda é preciso pagar transportes para ir trabalhar, para ir levar o filho à escola, água, luz ou gás, o rendimento disponível vai todo nisso – para além de roupa, medicamentos ou alimentação, também absolutamente indispensáveis. Haverá nestes casos alguma liberdade de não comprar? Que liberdade temos? Que rendimento é que verdadeiramente temos disponível para dizer em vez de comprar esta camisa por 20€ vou comprar uma camisa por 40€? Em vez de

5 Uma leitura (das várias possíveis) para o ponto vermelho no “i” azul do símbolo da Iniciativa Liberal.

gastar 80€ no supermercado vou poupar para abrir uma loja e montar o meu negócio? Isto não existe para a maioria dos portugueses.

Não há essa liberdade! Porque não têm dinheiro para isso.

É a estes portugueses que os governos dizem para investir? Investir o quê, se nem conseguem poupar?

O salário que ganham é gerido, ainda que indiretamente, por uma regulamentação do Estado. O Estado *diz* que nós ganhamos 1200€ mas apropria-se de forma direta de quase um terço, através de impostos e taxas, e depois de forma indireta condicionando o nosso consumo, guia a utilização de mais um terço do que resta. Ficamos sem liberdade de escolher consumir ou não consumir, de ter o suficiente para poupar e investir.

É preciso quebrar estas amarras.

É preciso mostrar que a segurança que nos querem impingir – passe a expressão – a *segurança do trabalhador*, é muitas vezes uma nova forma de servidão. É: deixa-te estar aqui muito seguro em casa do papá que eu dou-te uma mesada para estares calado. E de cada vez que há um problema apenas somos incentivados (geralmente pelos partidos da oposição do momento) a reivindicar mais direitos, reivindicar mais benesses, mas sempre na mesma lógica: um aumento da mesada, mas sempre na casa do papá.

Curiosamente esses partidos de oposição do momento, de um lado ou do outro, vêm-nos dizer para reivindicar mais mesada mas nenhum nos diz que podemos sair de casa dos pais e fazer a nossa própria vida. Ir para o mundo, passar menos bem durante seis meses ou um ano até arranjarmos um emprego, e depois construirmos o nosso próprio futuro e prosseguirmos com os nossos sonhos.

Os portugueses deixaram de poder sonhar.

Era imperioso haver uma plataforma cívica de participação política que permitisse a cada português voltar a ter liberdade. É também por isso, e para isso, que a Iniciativa Liberal nasceu.

7. O DESPERTAR DA FORÇA.

A crise económica acordou muitos portugueses para o facto de terem que ser eles a tratar de si próprios. Despertou-os para a sua capacidade pessoal, até agora amarrada às condições do trabalho sem nunca nos permitir sonhar com mais do que isso: ser

trabalhadores-eleitores. Forçados a berrar por mais pão, sem nos deixarem perceber que podemos sair do bairro operário.

A necessidade de nos salvarmos a nós mesmos despertou a capacidade de realização, de conseguirmos fazer o impossível.

Mas há um outro fator que também ajudou à urgência de criar a Iniciativa Liberal. Algo que nos acordou politicamente: as eleições de 2015.

A vivência da crise económica – as experiências pessoais por que passamos, o sentimento de perda, de impotência, mas também de resiliência, de capacidade de resolver problemas – acaba numa eleição em que, também pela primeira vez desde o 25 de Abril, não há lógica nenhuma no voto útil.

Outro mito que todos os partidos tinham (e ainda hoje continuam a ter) era a necessidade do voto útil, para uma maioria monopartidária como condição de estabilidade. O discurso mudou, ainda que pouco, porque a expressão agora é “maiorias de esquerda” e “maiorias de direita”. Mas esta ligeira diferença de linguagem não é assim tão ligeira. O eleitor português percebeu que não é necessário votar no partido maioritário para ter um governo estável.

Ou seja, às aspirações por mais salário no mesmo emprego (em vez de evolução na carreira e no elevador social), os partidos adicionavam o valor da estabilidade (em vez do crescimento). Condições para as quais diziam ser imprescindíveis maiorias absolutas – como forma de terem ainda mais rédea solta na chegada ao poder.

Em 2015 cada português percebeu que é perfeitamente possível votar em quem verdadeiramente acredita e que esse partido, ou esses partidos, podem ir para o governo ou pelo menos condicionar os programas de governo. Desta vez aconteceu à esquerda, mas nada impede que aconteça no restante espectro político.

Isto é uma mudança radical desde as maiorias dos anos 80. Depois daquele período de instabilidade pós PREC, e até hoje, sempre nos disseram que o valor político mais importante era a estabilidade. Mas pior do que isso diziam-nos que para essa estabilidade era imprescindível um governo maioritário (monopartidário ou em coligação pré-eleitoral). Se não fosse feito voto útil nos maiores, iríamos desperdiçar o voto e ajudar a uma maioria dos “outros”.

Ora as eleições de 2015 provaram-nos o oposto: por um lado, pode governar quem não ganha; e segundo é possível votar num partido que seja minoritário, que seja de causa, que seja de nicho, que seja aquele em que *eu* acredito e ainda assim o meu voto ser útil para formar Governo.

Isto foi a quebra de um tabu na política portuguesa. Acordamos. Não há uma obrigação de votar só nos grandes. Voltamos a ser senhores das nossas vontades.

Muita da nova participação cívica que acontece na política, que nós fizemos e sentimos na Iniciativa Liberal, vem precisamente desse sentimento que o eleitor passou a ter: Calma, afinal posso votar em quem quero e ainda assim ter um governo estável.

Os eleitores foram confrontados com uma nova situação. Vamos ver como é que vão reagir agora nos próximos ciclos eleitorais, se não já nas próximas eleições. Embora sabendo que as mudanças levam tempo, sobretudo em Portugal, é inegável que este processo começou, e que não vai parar.

São estes dois fatores que nos acordaram para a nossa própria capacidade: a confiança em mim mesmo, a parte pessoal de economia caseira, de persecução da minha segurança e dos meus sonhos durante a crise em que o Estado falhou; e por outro lado o valor do meu voto, uma vez que a própria política demonstrou que nos têm andado a mentir durante décadas com o mito do voto útil, quando afinal é possível votar naquilo que verdadeiramente quero e ainda assim contribuir para formar governo.

O que significa que se não houver uma maioria monopartidária, não é verdade que o jogo político implique instabilidade. A Bélgica, por exemplo, esteve 555 dias sem Governo e a Administração funcionou (bem) e a economia cresceu. Mais interessante é perceber como vai ser construído um programa de governo que acolha várias visões.

Os eleitores podem continuar a ter alguma tendência para votar naqueles que (aparentemente) lhes dão mais segurança, porque são exemplos de aparente estabilidade, mas com a conflitualidade social que vemos hoje, é uma questão de circunstância. Estamos-nos a autonomizar dos partidos.

8. ÓRFÃO DO ESTADO.

Voltando a um ponto anterior, com o seu peso excessivo o Estado distorce o mercado. O impacto das suas escolhas, ao dar apoios ou vantagens aos grupos que o favorecem, cria barreiras de acesso. Há até um açambarcamento de mercado.

Primeiro porque muitos daqueles que vão ao mercado, que arriscam, que criam novas empresas, e não beneficiam desses apoios correm um risco desproporcional à sua concorrência. Por outro lado, os que têm acesso ao Estado são eles próprios clientes de outros fornecedores que ficam assim indiretamente dependentes.

Mas pior, essa omnipresença do Estado cria uma psicologia de dependência generalizada. Todos têm medo de se constiparem quando o Estado espirra.

O inverso, a independência e conseqüente liberdade, é muito raro.

As empresas, os empresários, que vão à luta sem subsídios, que não estão pendurados em subsídios nem em fornecedores do Estado, correm o risco puro, ou têm capacidade e afirmação ou então têm um fracasso, mas vão à luta. Estes raramente operam para o mercado nacional.

Pela minha experiência, que por duas vezes na carreira vivi fora do país, caracterizaria isso de uma forma ainda mais caricatural: É muito comum dizer-se que os portugueses *lá fora* são os melhores, seja lá no que for – seja a fazer limpezas seja a fazer investigação, seja um neurocirurgião ou seja um empregado de mesa.

Há um motivo para isto (que nunca ninguém nos disse): quando um português sai do país não está à espera que o seu sindicato, ou o Ministério do seu setor, lhe dê um subsídio ou lhe arranje um emprego seguro para a vida, ou que tenha direitos de antiguidade.

Um português quando sai do seu país é, de certa forma, *órfão do Estado*. E quando se sente órfão (da estrutura) do Estado, logo após aquela primeira dor de se ver sozinho, sente-se capaz de mudar o mundo.

E o que é que faz invariavelmente? Confia em si e muda o seu mundo. Faz o seu próprio futuro. Prossegue os seus próprios sonhos e, na esmagadora maioria dos casos, com imenso sucesso.

Porquê? Porque passa a acreditar em si em vez de acreditar num Estado-papá. É, no fundo, quase como sair de casa dos pais. Quando isso acontece, seja para estudar, seja para trabalhar, seja mesmo

para casar, há ali um primeiro momento em que nos sentimos altamente inseguros – como é que vamos pagar as contas? como é que se faz um contrato de água e luz? – mas imediatamente a seguir há um empoderamento. Uma sensação de sermos capazes de tratar de nós próprios que nos dá uma energia única, uma capacidade de sermos o melhor naquilo que fazemos. É esse sentimento que é preciso ter cá!

Outras pessoas dizem, com muito pouca graça, que todos os portugueses deviam ir lá para fora durante algum tempo. Isso é também uma forma errada de pôr o problema. Em termos estritamente pessoais gostaria muito que a Iniciativa Liberal também defendesse isso, mas por motivos completamente diferentes (e em parte já o faz): Acredito que é muito útil os portugueses perceberem a mais-valia comparativa que têm com outros países e, portanto, vejo com bons olhos a vontade dos nossos trabalhadores (como os nossos empresários) se quiserem valorizar e internacionalizar.

Não é emigrar no sentido clássico, é perceber que somos tão bons que devemos a nós próprios a experiência que nos internacionalizarmos, de fazer a nossa carreira crescer. Mas para isso temos de encarar o nosso trabalho como um serviço que vendemos ao mercado – e podemos ter vários clientes – e não como uma amarra.

É completamente diferente de mandar as pessoas para fora. É dar a oportunidade a cada um de ter uma carreira internacional. O que constitui uma lógica radicalmente diferente sobre a mesma realidade.

Mas mais importante do que isto é que cada português que tenha um sonho – e tenho vindo a falar até agora sobretudo sobre trabalho – possa lutar por ele e pela sua valorização, seja onde for.

Para isso pode ser bom sermos órfãos do Estado e passarmos a ser adultos independentes, livres e autónomos.

9. INVESTIGAÇÃO OPERACIONAL E EMPREGO: DESENASCANÇO COMO COMPETÊNCIA.

A Iniciativa Liberal – de forma muito propositada, muito pensada e muito debatida internamente – não defendeu apenas liberdade de trabalho, defendeu a liberdade de *ocupação*. Porque há hoje um conjunto de ocupações que não são consideradas emprego. Ocupações em que as pessoas se realizam, mas que são úteis à sociedade.

O caso mais óbvio e paradigmático são os cuidadores informais. Sobretudo aqueles que, fruto das suas circunstâncias pessoais e financeiras, são obrigados a ter uma carreira profissional e paralelamente serem cuidadores informais. Mas há muitas outras atividades. Há muitas pessoas que por circunstâncias particulares não precisam ou não querem ou podem não ter uma carreira remunerada ou muito bem remunerada, mas que se realizam muito mais no trabalho social de voluntariado, por exemplo. Seja por já estarem reformados, seja por não precisarem, seja por terem um trabalho em *part-time*. Não interessa porquê mas que, mais do que por necessidade, o fazem por realização pessoal. Levam as suas competências, pessoais e profissionais, para atividades fora da carreira (do trabalho) mas ainda socialmente úteis.

Que se sentem realizadas em atividades que nunca são consideradas emprego, mas que não deixam de dar um contributo muito válido para a sociedade.

Esta realidade é hoje visível porque a sociedade portuguesa está muito mais evoluída do que a política portuguesa. Isto é muito notório a quem anda na rua, quem sai dos gabinetes vê isto na rua.

Mas há casos específicos em que o inverso também se verifica. Em que apetências, qualidades, experiências socialmente úteis também podem (e devem) ser valorizadas economicamente. A economia encontra casos desses quando se dedica à investigação operacional.

Com alguma graça fala-se de uma experiência, que terá sido feita entre um conjunto de estudiosos da gestão (em particular na investigação operacional na gestão de produção) e um senhor com mais de 40 anos de experiência numa rotativa de um jornal. Nessas rotativas (de grande velocidade e enormes bobines de papel) há um momento ótimo para parar a máquina e trocar a bobine, em que se gasta quase todo o papel mas não todo, porque se o papel acaba a máquina encrava.

A experiência era pôr estas duas equipas (académicos de um lado e este senhor do outro) a experimentarem, à vez, quando parar a máquina e substituir a bobine. E (seja mito urbano ou não) diz-se com graça que invariavelmente o senhor ganhava. Porque neste caso específico, por uma questão de experiência daquele saber feito, a mais-valia económica da experiência prática suplantava o conhecimento académico no cálculo de modelos.

A valorização deste saber-fazer, embora óbvia no mercado (quando contratamos um canalizador ou um explicador) não é suficientemente acolhida, nem reconhecida, no nosso modelo de ensino. Perdendo-se assim esse potencial económico.

Sendo isto verdade nos casos que envolvem experiência de saber-fazer não é menos verdade nos casos de “não-saber-e-ter-de-fazer”, nos casos de lidar com contingências, com o desconhecido.

Aquilo que normalmente se diz dos portugueses, que são muito bons no (passe a expressão) desenrascanço mas muito maus no planeamento, não é uma análise correta. Não é assim que o problema deve ser colocado.

Desde logo porque as generalizações quase sempre são erradas. Mas, aceitando este nível de abstração, devemos qualificar este desenrascanço de outra forma: Nós somos bons em lidar com contingências, nós somos bons a lidar com o imprevisto. Nós somos bons em metermo-nos numa nau sem sabermos qual a rota marítima, e lidarmos com isso.

Muitas outras culturas organizacionais só conseguem ter estes objetivos, estes grandes objetivos, se estiver tudo planeado. Por isso, saber lidar com contingências tem um valor económico próprio, um valor económico muito importante.

Temos é de deixar de nos minimizar e achar que só somos aqueles que não têm educação suficiente, que não têm planeamento suficiente, que só andam no desenrascanço. Não é isso!

É uma coisa muito diferente e vou dar um exemplo concreto, ainda mais caricatural, que todos nós conhecemos e não valorizamos:

Que situação conhecemos – ou melhor, que tipo ou que circunstâncias pessoais conhecemos – em que alguém tenha de lidar de forma ótima com o imprevisto, em situações de grande pressão e nas quais *não podem* falhar? Ou seja, ser a melhor pessoa a lidar com contingências?

– Isso não existe.

– Sim existe. Há uma qualificação social que garante todas estas qualidades: recém-maternidade ou paternidade!

Que pai ou mãe pode falhar quando o seu filho está numa situação de perigo? Não há tempo para ligar a peritos, mas há (salvo raras exceções) uma capacidade nata para lidar com contingências, para tomar de imediato as melhores opções disponíveis.

Vejam os exemplos comuns para um recém pai ou uma recém mãe:

A criança ao fim da tarde está com febre. Tipicamente ligamos para a Linha Saúde 24 ou para o pediatra que já nos conhece e dizemos “o meu filho está com febre, com 38,5 que é que devo fazer, que é que não devo fazer?”

Invariavelmente (quem é pai e mãe sabe isto) o pediatra diz não o agasalhe demais dê-lhe Ben-u-ron, não o tape durante a noite vá vigiando a febre, se a febre subir muito ligue-me. E dá o número de telemóvel. Na maioria dos casos é uma virose passageira ou um dente a nascer.

Mas não conheço nenhuma mãe e nenhum pai que, se à meia-noite o filho estiver a ultrapassar os 41 graus, tenha necessidade de ligar ao pediatra para saber o que fazer: sabe imediatamente que tem de ir com a criança para o hospital. Como-é-óbvio!

Mas isto só é óbvio para quem está na situação.

É um conhecimento prático de lidar com contingências, sem o conhecimento ou a experiência técnica de ser médico, e em que não se pode falhar. Não há um plano B se a criança ficar mesmo mal ou precisar de assistência especializada. Salvo casos particulares, recém-pais e recém-mães têm uma capacidade de lidar com este tipo de situação, independentemente de estarem cansados ou não, independentemente de terem tido um dia extenuante no trabalho ou não. Qualidade que muito pouca gente tem. Isto hoje não é suficientemente valorizado pelas empresas. Pelo contrário uma recém-mãe muitas vezes é ostracizada porque se sabe as faltas que vai dar.

Perceberam. Se uma empresa hoje quiser alguém que seja fiável a lidar com contingências quem deve contratar são recém-mães ou recém-pais.

Mas essas pessoas vão faltar porque o miúdo vai ao médico e depois está doente e depois tem febre e depois tem que o levar à escola. Sim tudo isso é verdade. Tudo isso é um custo. Não há almoços grátis. Mas a mais-valia económica de ter alguém em quem podemos confiar que sabe lidar com contingências é um valor raro no mercado de trabalho.

Há até quem já note que à indisfarçável vontade de sair cedo do trabalho – que estes profissionais costumam apresentar – corresponde

uma muito maior produtividade do dia de trabalho (acabar o trabalho todo mais cedo para sair logo que possível). Um curioso subproduto que representa mais uma vantagem económica marginal de produtividade para o empregador.

Sei de pelo menos um caso, mas suspeito haver mais algumas empresas portuguesas, que procuram precisamente esse nicho de empregabilidade (recém-mães no caso) para funções em que têm de lidar com contingências e com imprevistos. E porquê? Porque perceberam o valor económico que uma recém-mãe tem ou um recém-pai e pouca gente se apercebe.

Qualidades incomparavelmente mais úteis do que meia dúzia de faltas por assistência a menores. Há certamente funções para as quais as empresas deveriam lutar por recrutar recém-mães e pais, logo que estes quisessem regressar ao mercado de trabalho.

Este tipo de mentalidade sobre o valor das competências sociais, este tipo de atitude de valorização profissional, apesar de ainda rara, já existe na sociedade portuguesa mas está totalmente ausente da mentalidade assistencialista dos políticos.

10. POSSO FAZER QUALQUER COISA.

Esta mesma mudança de mentalidades – que falta na política – também afeta os próprios trabalhadores: há muito que ao “Sr. Dr.” não corresponde necessariamente o que quer que seja, um emprego à espera ou um estatuto social determinado.

Se essa insegurança pode ser aterradora, essa possibilidade pode ser libertadora. Se não vou ter *aquele* emprego à minha espera, então posso fazer *qualquer* coisa, até mesmo ir para o emprego que *quero*.

A ideia (que não é muito divulgada na elite que domina o espaço público/publicado da sociedade portuguesa) é que hoje qualquer emprego é socialmente aceite.

Este avanço civilizacional foi uma grande mudança conquistada a pulso pelos mais jovens: qualquer emprego hoje é socialmente aceite, ponto! Eles fazem-se ao emprego que encontram porque (já) vivem bem com a ideia de que têm de realizar algum dinheiro e que têm de o ir buscar onde ele existe. Em vez de serem trabalhadores de um só emprego, são profissionais em tudo o que fazem.